

PRODUÇÃO CIENTÍFICO-ACADÊMICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Silvia Cristina Franco Amaral¹
Olívia Cristina Ferreira Ribeiro²
Dirceu Santos Silva³

RESUMO

O objetivo é analisar a produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Trata-se de uma pesquisa com método descrito-analítico, com abordagem qualitativa. Foi realizada uma busca em cinco periódicos científicos com maior incidência na produção científica das políticas públicas de esporte e lazer, entre os anos de 2009 e 2013. A partir do panorama recente da produção científica constatamos um aumento significativo de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, bem como uma demanda de pesquisas a serem realizadas, como as arenas políticas; atores públicos ou privados; demandas internas ou externas ao sistema e avaliação quantitativa.

Palavras-chave: Produção científica; Políticas públicas; esportes; lazer.

-
- 1 Doutora em Educação Física. Docente da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas/São Paulo, Brasil.
E-mail: scfa@fef.unicamp.br
 - 2 Doutora em Educação Física. Docente da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas/São Paulo, Brasil.
E-mail: olivia@fef.unicamp.br
 - 3 Doutorando em Educação Física. UNICAMP, Campinas/São Paulo, Brasil.
E-mail: dirceu_09@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Política pública pode ser caracterizada como uma subdisciplina da ciência política, com características interdisciplinares (MELO, 1999). Os estudos no campo das políticas públicas podem promover análises e pesquisas conjuntas e têm-se configurado como uma fragmentação organizacional da comunidade científica. Nas últimas décadas, esse tipo de investigação vem ocupando espaço e relevância dentro da ciência política e administrativa bem como em outras áreas, como o esporte e o lazer, por exemplo, encarados como uma área na consecução da política pública nos diferentes âmbitos de governo.

As pesquisas realizadas sobre as políticas públicas têm como predominância a análise das estruturas e instituições ou a “[...] caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas [...]” (FREY, 2000, p. 214), que contribuem para a elaboração de investigações de natureza descritiva. Nessa ótica, é que se inserem a maioria das pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer, embora já se possam notar pesquisas que mesclam microanálises com análises macroestruturais, o que é desejável, segundo Frey (2000).

Em termos cronológicos, os estudos sobre as políticas públicas são recentes e surgiram a partir dos anos de 1950, nos Estados Unidos, denominados de *Policy Science* (FREY, 2000). Na Europa, a preocupação com a temática só ganhou força

a partir dos anos de 1970 e, no Brasil, os estudos são ainda mais recentes.

No caso do lazer, após a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a temática ganhou *status* de direito social no artigo 6º, o que o tornou passível de legitimação por parte das diferentes esferas de governo. No que diz respeito ao esporte, no artigo 217, o setor foi contemplado como direito individual e cabe ao Estado incentivá-lo (BRASIL, 1988).

A contemplação do esporte e do lazer como direito promoveu, mesmo que de forma incipiente, desdobramentos legais e procedimentais nos âmbitos estaduais e municipais. No entanto, a tendência de democratização dos anos de 1980, de acordo com Dagnino (2004), foi contraposta com o avanço das estratégias neoliberais, o que foi denominado de “confluência perversa”⁴.

Santos e Amaral (2010, p. 2), ao pesquisarem sobre o lazer como direito na Constituição Federal Brasileira de 1988, constataram que, do ponto de vista legal, não há a garantia do lazer como direito aos brasileiros. Outra questão relevante diz respeito à concepção difusa do lazer, o que dificulta a sua reivindicação popular.

No esporte, existe uma concepção clássica proposta no Manifesto Mundial de 1964 e discutida no Brasil por Tubino (1996), que envolve o esporte educacional, o esporte participação e o esporte de rendimento. O esporte educacional se refere a uma manifestação no âmbito do sistema de ensino. O esporte de participação se

4 O processo de construção da democracia no Brasil passou por uma confluência perversa entre dois processos distintos: a) processo de alargamento da democracia, em busca da criação de espaços públicos (Conselhos Gestores e Orçamento Participativo) e participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão; b) foi iniciado com a eleição de Collor em 1989, com os ajustes neoliberais, marcado pela isenção do Estado na garantia dos direitos, transferindo-os para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

caracteriza como a prática esportiva ou prática de lazer e de caráter universal. E o esporte de rendimento tem como característica as regras nacionais e internacionais, com ênfase nos resultados e na formação de atletas. Uma concepção de esporte distinta foi proposta por Bracht (2003), quando destacou que tanto o esporte de rendimento quanto o esporte de participação envolve um processo educativo em sua prática. Essas dimensões esportivas são incidentes na produção científica e na estruturação de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

A produção de conhecimento das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tem uma história recente. De acordo com Linhales e Pereira Filho (1999), pode-se destacar o livro *Política de Esporte no Brasil*, publicado em 1986, de autoria de Eduardo Dias Manhães. No campo do lazer, sobressai-se a coletânea *Políticas Públicas Setoriais de Lazer*, organizada pelo professor Nelson Carvalho Marcellino (1996).

A partir dessas publicações, houve um crescimento da produção científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer. Acredita-se que esse aumento esteja relacionado a diversos fatores, como a contemplação do esporte e do lazer como direito, a necessidade de assessoramento no planejamento no setor público, a criação de linhas específicas de fomento para o tema, a criação do Ministério do Esporte e da Rede Cedex.

A reflexão central deste artigo se concentrou em torno da seguinte questão: como tem sido apresentada a produção científico-acadêmica recente das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil?

O objetivo foi analisar a produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com método descritivo-analítico, com abordagem qualitativa (RICHARDSON *et al.*, 1999). Para isso, foi realizada uma busca em cinco periódicos científicos brasileiros com maior incidência na produção científica das políticas públicas de esporte e lazer e que estão foram avaliados pelo Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A seleção dos periódicos científicos obedeceu aos seguintes critérios: os padrões de regularidade e periodicidade de circulação; ter abertura para publicação na área do esporte e lazer; e ter diálogo com as humanidades, sobretudo com a disciplina das políticas públicas.

A partir desse levantamento, foram selecionados 22 artigos nos seguintes periódicos científicos para a análise: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *Revista Movimento*, *Revista Pensar a Prática*, *Revista Licere* e *Revista Motrivivência*. O recorte temporal foi de cinco anos, entre 2009 e 2013, e pode ser justificado pelas mudanças nos investimentos na área das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Além dos periódicos científicos, foi realizado um levantamento de oito teses e dissertações, como suporte para discussão, mas a ênfase central foi na produção em periódicos científicos. Essas teses e dissertações foram selecionadas por discutirem de forma aprofundada as políticas públicas de esporte e lazer, tema central do artigo.

A busca nos periódicos científicos foi realizada com as palavras-chave: políticas públicas de esporte e lazer, políticas de esporte e políticas de lazer. Como forma de complementar a discussão sobre a produção científica sobre as políticas públicas de

esporte e lazer, foi realizada uma busca por grupos de pesquisas cadastrados no CNPq que discutem políticas públicas de esporte e lazer. Optamos por não analisar a Rede Cedes, já que estudos neste sentido já foram realizados, com destaque para Schwartz (2010) e Starepravo (2011).

Como já anunciado, foi analisado um panorama das pesquisas recentes sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, a partir dos conceitos básicos discutidos por Rua (1998): demanda nova, recorrente e reprimida; atores públicos (políticos e burocratas); atores privados (empresários); *issues*, *inputs* e *withinputs*.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: um olhar sobre a produção científica

Em uma concepção ampliada sobre políticas públicas, Di Giovanni (2009) as compreende para além da intervenção do Estado numa situação considerada problemática. Toda política pública se baseia numa “teoria”, com ênfase em um conjunto de asserções de origem diversa (racional ou não), que sustentam a construção das práticas de intervenção, em busca de um determinado resultado.

As políticas públicas têm como autoridade soberana o poder público e envolvem atividade política. Resultam do processamento do sistema político, dos *inputs* (originários do meio ambiente e sociedade) e dos *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político) (RUA, 1998).

Outro ponto fundamental para o entendimento das investigações de política pública é a distinção que existe entre o que é uma política de Estado e o que é uma

política de governo. Höfling (2001) esclarece que Estado é o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras – que possibilitam a ação do governo. O funcionamento do Estado só é possível por meio de um ordenamento legal. Assim, uma política de Estado se pauta no ordenamento legal, que prescreve uma política de longo prazo, que não poderá ser mudada conforme a perspectiva ideológica do partido que se encontra no poder. Enquanto política de governo condiz com um conjunto de programas e projetos que são propostos pela sociedade. Configura-se como uma orientação política de um determinado governo, que assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período tempo.

A partir dessa discussão sobre política de Estado e de governo, podemos citar a discussão realizada por Santos e Amaral (2010), quando foi apresentada a trajetória do lazer na Constituição Federal Brasileira de 1988 e foi evidenciado que não existe uma política de Estado que garanta o lazer como direito. Ao pesquisar o esporte e o lazer nas Conferências Nacionais do Esporte (CNEs), Castellan (2011) também indica a ausência de uma política nacional do esporte que garanta o direito ao cidadão.

A produção científica analisada enfatizou a discussão sobre o lazer como direito social. De acordo com Santos e Amaral (2010) o lazer não é compreendido como um fim em si mesmo e se apresenta hierarquizado em relação aos outros direitos. Do artigo VII ao XII, há indicações de diversas ordens, inclusive orçamentárias, dos direitos à saúde e à educação, o que não é o caso do lazer, conforme aponta a discussão a seguir:

Essa provisoriade das políticas públicas de lazer, decorrente do fato de elas serem políticas de governo e não de Estado, expressa o lugar ocupado por ele na sociedade brasileira e evidencia o seu desenvolvimento no atual momento histórico. Tal desenvolvimento encontra-se articulado aos processos sociais e políticos que o engendram e que nos ajudam a compreender o lugar ocupado pelo lazer nas políticas sociais brasileiras. Assim, entender esses processos nos ajudará a compreender o lugar político ocupado pelo lazer no Brasil e possibilitará a construção social de seus sentidos e significados políticos (SANTOS; AMARAL, 2010, p. 7).

Foi notória a carência de pesquisas que se debruçaram sobre este quadro normativo “pulverizado” do lazer e sobre as suas repercussões para as políticas sociais. Apesar dessa incipiência, existe uma série de estudos recentes que buscam compreender a política de governo, como por exemplo, a pesquisa de Rechia e Oliveira (2009), no município de Curitiba-PR, Oliveira (2011) em Fortaleza-CE, Silva et al. (2012) em Ilhéus-BA, Ribeiro (2012), em Brotas-SP e Venturim, Borges e Silva (2013) em Vitória-ES.

Os enfoques mais recorrentes são da gestão do lazer, sobretudo a democratização do lazer (OLIVEIRA, 2011) e um aumento de pesquisas sobre o tema da intersetorialidade (SILVA et al., 2012), as demandas por lazer, espaços e equipamentos (RECHIA; OLIVEIRA, 2009; RECHIA, VIEIRA; TSCHOKE, 2013), e, em número menor, sobre a avaliação dos programas. Por fim, foram averiguadas pesquisas sobre a formação de pessoas para atuar nos programas e um número reduzido de estudos sobre o financiamento do campo do lazer (ALMEIDA, 2009; FIGUEIREDO, 2009; EWERTON, 2010).

Quando analisada as pesquisas que descrevem as demandas recorrentes por lazer, foi possível destacar os seguintes trabalhos: Almeida (2010), com o título *Estatização, políticas sociais e lazer*, que analisou o papel do Estado brasileiro ao lazer como direito, além de propor uma construção crítica sobre o cenário da institucionalização de políticas sociais que tem focalizado o lazer no Brasil; Stoppa, Marcellino e Silva (2011), com o título *Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária*, que buscou relatar uma experiência de implementação de políticas de forma participativa, com foco na formação de recursos humanos e no trabalho coletivo, os resultados apontaram que a proposta de planejamento participativo da comunidade garantiu resultados positivos no município de Sorocaba – SP; Oliveira (2011), com o título *Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)*, que investigou o acesso, democratização e participação política nos setores do esporte e lazer no município de Fortaleza - CE (2005-2008) e os resultados sinalizaram para a construção de um modelo alternativo de intervenção governamental, que atendam as demandas do esporte e do lazer; e Rodrigues e Marcellino (2011), com o título *O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004*, que analisou a inclusão do lazer enquanto área de política pública de Porto Alegre e os resultados apontaram que o Orçamento Participativo teve um papel relevante e foi o principal marco das discussões.

Outras demandas recorrentes também apareceram nas pesquisas: Flausino e Mascarenhas (2012), com o título *O direito*

ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação, que analisou os discursos que afirmam o esporte e o lazer com os direitos sociais e os resultados evidenciaram que os discursos oficiais se limitam as questões utilitárias. Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013), com o título *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu*, que buscou apresentar uma possibilidade de leitura das políticas públicas de esporte e lazer, com ênfase na sociologia reflexiva dos campos de Pierre Bourdieu. Os resultados sinalizaram que existe, de um lado, uma produção científica que tem como base o olhar marxista, e de outro, uma produção que destaca os relatos de experiência sem um diálogo com a teoria; Starepravo e Marchi Júnior (2013), com o título *Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade*, que analisou o processo de implementação, avanços e limites do PELC, e os resultados indicaram que o programa tem sido concebido a partir das experiências do subcampo científico-acadêmico e das experiências de gestões municipais; Areias e Borges (2011), com o título *As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade: possibilidades e limitações*, que avaliou o PELC a partir da sua eficiência, eficácia e efetividade social, e os resultados alcançados sinalizaram que as ações do Estado estão inseridas em um contexto político, econômico e ideológico, que se aproximou das estratégias neoliberais; e Almeida e Marchi Júnior (2010), com o título *O financiamento dos Programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008)*, que analisou o direcionamento dos

recursos financeiros do Ministério do Esporte e os resultados alcançados mostraram que existe uma prioridade para o esporte de alto rendimento. Esses estudos podem ser considerados como demandas recorrentes, a partir do momento em que o esporte e o lazer foram contemplados como direitos na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Outra questão importante diz respeito aos atores que demandam uma política social. Segundo Rua (1998), os atores são classificados em públicos e privados. Os públicos são dispostos em duas categorias: burocratas e políticos. Os burocratas são os funcionários de carreira, e os políticos são os que assumem um mandato eletivo. Quanto aos atores privados, dizem respeito aos que representam interesses de diferentes setores da sociedade, com ênfase no mercado e no lucro. Rua (1998) identifica que há atores que têm mais força que outros,

[...] entre os atores privados destacam-se os empresários. Sem qualquer sombra de dúvida, são atores dotados de grande capacidade de influir nas políticas públicas, já que são capazes de afetar a economia do país: controlam as atividades de produção, parcelas do mercado e a oferta de empregos. Os empresários podem se manifestar como atores individuais isolados ou como atores coletivos (RUA, 1998, p. 5).

Rua (1998) não desconhece atores que têm menos força, como os trabalhadores e os movimentos sociais, e os acrescenta aos grupos que se unem em torno de causas específicas. Um exemplo de pesquisa que averiguou os diferentes atores em disputa nas políticas públicas de esporte e lazer foi o de Castelan (2011), com o título "As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no

governo Lula (2003-2010)"; outro exemplo é Figueiredo e Taffarel (2013), com o título *Esporte no Brasil: a disputa dos rumos nas Conferências em um período de transição*.

Destacam-se também os atores de forte influência e que surgem no cenário internacional, como os agentes financeiros, ou instituições que representem o interesse comercial, como é o caso da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), ou do Comitê Olímpico Internacional (COI). Dentre os artigos analisados, destacam-se: Souza e Marchi Júnior (2010), com o título *Os "legados" dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões*, Almeida, Mezzadri e Marchi Júnior (2009), com o título *Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos*, e Athayde et al. (2013), com *O agendamento dos Jogos Rio 2016: temas e termos para debate*.⁵

Identificaram-se várias pesquisas que, embora nelas não se caracterizem explicitamente a discussão sobre os atores da política, têm tratado a temática, ao abordarem a formação e a atuação dos agentes e dos trabalhadores do lazer. No caso brasileiro, podemos citar a agenda dos megaeventos esportivos como dados empíricos que podem evidenciar as demandas como *withinputs*, isto é, essa agenda surgiu do próprio sistema político e de setores conservadores que estavam no poder. Essa afirmação pode ser confirmada com os dados das CNEs, quando as duas primeiras edições, as de 2004 e 2006, tiveram como objetivo a criação de um Sistema Nacional de Esporte, enquanto a terceira edição da

CNE, em 2008, confirmou que o Ministério do Esporte tendeu ao desenvolvimento do esporte de rendimento, com destaque para a consolidação da agenda dos megaeventos esportivos no Brasil. Além disso, pode-se afirmar que essa agenda dos megaeventos esportivos no Brasil se caracteriza como uma demanda nova (CASTELAN, 2011; RUA, 1998).

Nas demandas do lazer, foi verificada uma incidência significativa para a formação inicial e continuada da experiência dos atores (ALMEIDA, 2009; FIGUEIREDO, 2009; EWERTON, 2010), sejam gestores, profissionais de carreiras ou agentes, o que condiz com a escolha do conteúdo da política. Podem-se citar as seguintes dissertações e teses que discutem a temática da formação: Almeida (2009), com o título *O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais*; Figueiredo (2009), com o título *Política e formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno*; Ewerton (2010), com o título *Análise da formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): olhar dos agentes sociais*; Lopes (2012), com o título *Os princípios políticos do Programa BH Cidadania: o olhar de profissionais da secretaria municipal adjunta de esportes*; e Santos (2013), com o título *A intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção dos saberes de oficinairos no Programa Fica Vivo!*.

Sobre as questões ou *issues* Rua (1998, p. 11) essas dependem "[...] da decisão

5 Ressalta-se que existe uma produção científica ampla sobre a temática dos megaeventos esportivos, no entanto foram exemplificados apenas três artigos.

que for tomada quanto a esses pontos, alguns atores ganham e outros perdem, seus interesses são afetados e a política assume uma configuração ou outra”. No caso específico lazer, pode-se classificar como *issues*: a forma das atividades de lazer a serem propostas e o embate sobre o conceito de cultura, ou seja, o que é legítimo ou o que deve ser legitimado numa política pública. No entanto, essas questões não foram evidenciadas na análise realizada sobre a produção científica.

Observaram-se pesquisas que abordaram o espaço público de lazer na cidade, com destaque para: Rechia e Oliveira (2009), com o título *O espaço cidade: uma opção de lazer em Curitiba (PR)*, e Rechia, Vieira e Tschoke (2013), com o título *A cidade de Curitiba e seus espaços públicos centrais de lazer. Sobre a distribuição urbana de equipamentos e sua relação com outros aspectos sociais merecem destaque os seguintes estudos: Tschoke et al. (2011), com o título As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços.*

No que diz respeito à intersetorialidade como ação política que envolve a articulação vertical entre as diferentes esferas federativas, articulação horizontal entre os diferentes setores da gestão e a articulação com a sociedade civil, destacam-se os seguintes estudos: Bonalume (2011), com o título *O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer*; Amaral e Costa (2012), com o título *Possibilidades de matricialidade na Administração Pública do lazer*; e Ribeiro (2012), com o título *Um estudo das políticas públicas de Brotas/SP*; Silva et al. (2012), com o título *Ações Intersectoriais no Planejamento Político em*

Esporte, Lazer, Cultura e Turismo na Gestão Municipal de Ilhéus-BA, Silva (2013), com o título *Interfaces entre Lazer e Educação: o caso do Programa Escola Integrada do município de Belo Horizonte*; Venturim, Borges e Silva (2013), com o título *Estratégias de Gestão Pública na Prefeitura de Vitória-ES: O PELC e a Intersectorialidade das Ações*; e Zotovici et al. (2013), com o título *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil e a possibilidade de intersectorialidade.*

Por fim, foi verificada uma escassez de produção científica que discuta a avaliação de políticas públicas, sobretudo a discussão de metodologias para tal procedimento. Somente identificamos a pesquisa de Areias e Borges (2011), que avaliou o PELC de forma gerencial, com ênfase nas categorias da eficácia, eficiência e efetividade social, o que evidencia a necessidade de mais pesquisas que contribua para o avanço das políticas públicas de esporte e lazer.

Grupos de pesquisa cadastrados no diretório de grupos do CNPQ

Nesta seção, o objetivo foi realizar um levantamento e uma análise da produção a partir do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq que abordam o tema das políticas públicas de esporte ou de lazer. Numa busca inicial, encontramos 27 grupos cadastrados, com uma tendência de publicação cada vez mais interdisciplinar e que envolve diversas áreas do conhecimento, como: educação física, turismo, planejamento urbano e regional, educação, geografia, administração e sociologia, o que comprova a temática como interdisciplinar. Após a análise dos grupos, foram selecionados 15 que tratavam da temática do esporte

e lazer, ou o que discutia só o lazer ou só o esporte.

As ementas foram analisadas para identificar o nome do grupo, seu líder, instituição à qual está vinculado e suas linhas de pesquisa. A seguir, apresentamos os grupos, com um resumo sobre o foco dos estudos sobre políticas públicas de lazer.

1. Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer – PUC Minas

Líder: Eustaquia Salvadora de Sousa –
Área: Educação Física.

Esse grupo tem uma linha de pesquisa voltada aos estudos da política pública de lazer e informa que os focos das investigações são a legislação, a estrutura, a organização, o planejamento, a gestão, o financiamento e a avaliação.

2. Grupo de Pesquisas em Lazer – UNIMEP

Líderes: Nelson Carvalho Marcellino e Edmur Antonio Stoppa –
Área: Educação Física.

Apresenta uma linha de investigação denominada “movimento humano, lazer e movimento”, na qual se estudam as “políticas públicas de intervenção”.

3. Mídia/memória, educação e lazer – UFBA

Líderes: Augusto Cesar Rios Leiro e Romilson Augusto dos Santos –
Área: Educação.

Há uma linha investigativa dedicada ao tema das políticas públicas de lazer. Nessa, o objetivo é a realização de “pesquisas, formação continuada e estudos propositivos sobre gestão das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer”.

4. Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer – UFPE

Líderes: Tereza Luiza de França e Kátia Brandão Cavalcanti –
Área: Educação Física.

Apresenta uma linha de pesquisa que trata dos estudos das políticas públicas de lazer. Este é o primeiro grupo encontrado que afirma trabalhar com o tema da natureza e ecossistema vinculados à temática.

5. Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza – UNB

Líderes: Dulce Maria Figueira de Almeida Suassuna e Alexandre Jackson Chan Vianna. **Área:** Sociologia.

Na linha denominada políticas públicas, o objetivo é desenvolver estudos sobre as políticas públicas no Brasil. Afirma ainda que, dentre os setores investigados, está o lazer.

6. Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer – UFMG

Líderes: Hélder Ferreira Isayama e Juliana de Alencar Viana **Área:** Educação.

Esse grupo não foi localizado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, pois, na data investigada, estava em “processo de carga”. Buscou-se, então, no Google, por se entender que este é um importante grupo que trata de uma dimensão fundamental das políticas públicas de lazer, sobretudo a formação profissional. O grupo informa que os objetivos são compreender, avaliar e analisar o papel do Estado nos processos de organização das políticas públicas de lazer.

7. Política Pública e Lazer – UNICAMP

Líderes: Sílvia Cristina Franco Amaral e Olívia Cristina Ferreira Ribeiro
Área: Educação Física.

O grupo informa que os estudos desenvolvidos são relacionados à política. Apresentam três linhas: uma, ligada à política pública; outra, ligada às práticas cotidianas e sua inter-relação com a política pública, e a última, ligada às inter-relações entre a educação, o lúdico e a política pública.

8. INSIÊME: Grupo de Estudos Sociológicos, Políticos e Culturais das Práticas – UFES Corporais – Líder: Carlos Nazareno Ferreira Borges – **Área:** Educação Física.

O objetivo é reunir iniciativas de estudos no âmbito dos fenômenos relacionados com as práticas corporais que façam interfaces com questões políticas e com as áreas em que se manifestam, entre as quais: a da educação, a da saúde, a da cultura, a do esporte, a do lazer e a da assistência social. A fundamentação

prioriza as matrizes teóricas conceituais de política pública, avaliação, democratização e acesso a direitos, formação política.

9. Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer – UNICAMP

Líder: Lino Castellani Filho – **Área:** Educação Física.

O grupo se propõe a tratar o tema das políticas públicas em dois enfoques; um deles está ligado ao lazer e a outra ao esporte. Assume que o trato da investigação é pelo materialismo histórico e dialético e que suas inserções se darão tanto no campo da ação governamental quanto no não-governamental.

10. Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – UNB

Líderes: Fernando Mascarenhas e Edson Marcelo Hungaro –

Área: Educação Física.

Esse grupo se propõe a investigar tanto as políticas públicas de esportes quanto as de lazer. Tem duas linhas investigativas, sendo uma delas dedicada a analisar as políticas públicas no que diz respeito à sua formulação, implementação e avaliação.

11. Grupo de Pesquisa e Estudos em Gestão do Esporte – USP

Líderes: Flávia C. Bastos e Leandro Mazzei – **Área:** Ciências Sociais Aplicadas; Administração.

O objetivo é investigar o ambiente interno e externo das organizações esportivas como aspecto relevante para a estratégia e governança do esporte, com o intuito de melhorar a competitividade setorial para organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

12. Grupo de Estudos e Pesquisa, Esporte e Lazer – UFBA

Líderes: Celi N. Z. Taffarel e Cláudio L. S. Júnior – **Área:** Educação.

Pretendem que os estudos desenvolvidos deem ressonância às políticas públicas em educação física, esporte e lazer, na cidade e no campo.

13. Laboratório em Gestão Esportiva e Políticas Públicas – UFPE

Líderes: Vilde Gomes de Menezes e Carlos A. M. Q. Pedroso – **Área:** Educação Física.

O grupo tem desenvolvido trabalhos e pesquisas na área da Gestão Esportiva e Políticas Públicas nos âmbitos nacionais e internacionais.

14. Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade – UFPR

Líder: Wanderley Marchi Júnior –

Área: Educação Física

O grupo tem como objetivo estudo das políticas públicas para o esporte no Brasil.

15. Corpo, cultural e Ludicidade – UEM e UEL

Líderes: Fernando Augusto Starepravo e Larissa Michelle Lara

O grupo tem pesquisado pesquisas sobre o corpo, cultura e ludicidade, bem como as políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas e em âmbito federal.

A partir da análise, foi constatado que os grupos de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil se concentram na região sudeste, com sete ocorrências. Outras regiões que apresentaram grupos de pesquisa foram a região nordeste, com quatro ocorrências, a região centro-oeste, com duas ocorrências e a região sul, também com duas ocorrências.

A principal tendência verificada na produção científica nos campos do esporte e do lazer foi a predominância de grupos de pesquisa na educação física, com dez grupos cadastrados, seguida da área da educação, com três citações, além das áreas da sociologia e da administração, com uma menção cada. Dos quinze grupos analisados, sete pesquisa as políticas de lazer e a relação com outros setores da sociedade, como ecossistema, corpo, educação, saúde e cultura. Dois grupos de estudo pesquisam a gestão no esporte e outros seis grupos tratam das políticas públicas de esporte e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a reflexão sobre a produção das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil é possível afirmar que há um significativo aumento de estudiosos e grupos de pesquisa que vêm se dedicando ao tema. Como tendência, observou-se uma diversificação de áreas de conhecimento que têm produzido sobre a temática, como a da educação física, a da educação, a da sociologia e a da administração, o que confirma a interdisciplinaridade e o amadurecimento do campo de pesquisa. Na produção científica, foi constatado que as demandas recorrentes foram as mais incidentes, principalmente no que diz respeito às ações políticas que buscam garantir o direito ao lazer, já que o mesmo é contemplado desde a Constituição Federal Brasileira de 1988. As demandas novas mais presentes, foi o aumento da quantidade de estudos que abordam a intersetorialidade como estratégia que pode garantir o direito social e otimizar os recursos.

Outra tendência das políticas públicas de esporte e lazer foi o crescimento das pesquisas relacionadas à nova agenda política do Governo Federal, os megaeventos esportivos, com destaque para os Jogos Olímpicos e para a Copa do Mundo da FIFA, que serão realizadas no Brasil. Apesar desse artigo não aprofundar sobre as questões dos megaeventos esportivos, cabe mencionar o crescimento nos últimos anos sobre a temática em tela.

A partir dos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que existe uma demanda nas seguintes temáticas do esporte e do lazer: espaços e equipamentos, Conferências Nacionais do Esporte, financiamento do esporte, arenas políticas, intersetorialida-

de, direito ao lazer, formação profissional, programas federais (PELC e Rede CEDES) e programas municipais, *issues* ou questões, avaliação, atores públicos ou privados e demandas internas ou externas ao sistema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. F. Estatização, políticas sociais e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, p. 1-19, 2010.
- ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos Programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 A 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, p. 73-92, 2010.
- ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Motrivência**, Florianópolis, v. 32-33, p. 156-177, 2009.
- AMARAL, S. C. F.; COSTA, E. T. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 205-220, 2012.
- AREIAS, K. T. V.; BORGES, C. N. F. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 573-588, 2011.
- ATHAYDE, P. F. A *et al.* O agendamento dos jogos Rio 2016: temas e termos para debate. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, p. 794-816, 2013.
- BONALUME, C. R. O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, p. 1-26, 2011.
- BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003. v. 1.

- BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências.** Brasília, 24 mar. 1998.
- CASTELAN, L. P. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010).** Dissertação (Mestrado em Educação Física) –Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas/SP 2011.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In: MATO, D. (Org.). Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización.* Caracas: FaCes/ Universidad de Venezuela, 2004, v. , p. 95-111.
- DIGIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de Pesquisa n. 82. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- EWERTON, A. N. **Análise da formação profissional no programa esporte e lazer da cidade (PELC): olhar dos agentes sociais.** Dissertação (Mestrado em Lazer). UFMG, Belo Horizonte/ MG, 2010.
- FIGUEIREDO, E. S. A.; TAFFAREL, C. N. Z. Esporte no Brasil a disputa dos rumos nas conferências nacionais em um período de transição. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 1, p. 40, 2013.
- FIGUEIREDO, P. O. F. N. **Política e formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) UnB, Brasília/DF, 2009.
- FLAUSINO, M. S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, p. 1-16, 2012.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas (IPEA)**, Brasília, v. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.
- LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. *In: GOELLNER, S. V. Educação Física / Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento.* Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- LOPES, C. G. **Os princípios políticos do Programa BH Cidadania: o olhar de profissionais da secretaria municipal adjunta de esportes.** Dissertação (Mestrado em Lazer) UFMG, Belo Horizonte/MG, 2012.
- MARCELLINO, N. C. (Org). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras.** Campinas: SP. Autores Associados, 1996.
- MELO, A. M. Estado, governo e políticas públicas. *In: MICELI, S. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).* São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3. p. 59-99.
- OLIVEIRA, A. A. N. **Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE).** Dissertação (Mestrado em Educação Física). UNB, Brasília/DF, 2011.
- RECHIA, S.; VIEIRA, F. G. L.; TSCHÖKE, A. A cidade de Curitiba e seus espaços públicos centrais de Lazer. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, p. 22-34, 2013.
- RECHIA, S.; OLIVEIRA, M. P. O espaço cidade: uma opção de lazer em Curitiba

- (PR). **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, p. 1-25, 2009.
- RIBEIRO, O. C. F. **Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas/SP**. Tese (Doutorado em Educação Física), Unicamp, Campinas-SP, 2012.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRIGUES, R. P.; MARCELLINO, N. C. O Lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n.3, p. 1-1, set. 2011.
- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos, *In*: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (Org.). **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais; **Pensar a prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-13, 2010.
- SANTOS, S. **A intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção dos saberes de oficinairos no Programa Fica Vivo!** Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. UFMG, Belo Horizonte/MG, 2013.
- SCHWARTZ, G. et al **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedex**. Várzea Paulista: Editora, 2010.
- SILVA, D. S et al. Ações intersetoriais no Planejamento Político em Esporte, Lazer, Cultura e Turismo na Gestão Municipal de Ilhéus-BA. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar. 2012. SILVA, M. S. Interfaces entre Lazer e Educação: o caso do Programa Escola Integrada do município de Belo Horizonte. **Licere**, Belo Horizonte, 01 mar. 2013.
- SOUZA, J. ; MARCHI JÚNIOR, W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivencia**, Florianópolis, v. 34, p. 245-255, 2010.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação Física). Departamento de Educação Física, Curitiba, UFPR, 2011. 422.f
- STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da cidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, p. 923-941, 2013.
- STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 35, p. 785-798, 2013.
- TSCHOKE, A et al. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 117-136, 2011.
- TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1996.
- VENTURIM, L. F.; BORGES, C. N. F.; SILVA, D. S. Estratégias de Gestão Pública na Prefeitura de Vitória/ES: O PELC e a Intersetorialidade das Ações. **Licere**,

Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 1-38, dez. 2013.
ZOTOVICI et al. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil e Possibilidades

de Intersetorialidade. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, p. 1-31, 2013.

SCIENTIFIC AND ACADEMIC RESEARCH IN PUBLIC POLICY FOR SPORTS AND LEISURE IN BRAZIL

ABSTRACT

The objective was to analyze the scientific research in public policy for sports and leisure in Brazil. It was used a survey-described method with a qualitative approach. A search was conducted in five scientific journal focusing in public policy for sport and leisure, between the years 2009 and 2013. From the recent overview of the scientific production we found a significant increase of researchers from different areas of knowledge, as well as a demand for research to be conducted, as political arenas; Public and private actors; demands internal or external to the system and quantitative assessment.

Key-words: Scientific production; Public policy; Sports; Leisure.

Recebido em: março/2014

Aprovado em: maio/2014